

DESIGUALDADES, POBREZA E VIOLÊNCIA: NOTAS PARA UM DEBATE SOBRE A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL



INEQUALITY, POVERTY AND VIOLENCE: NOTES FOR A DEBATE ON THE SOCIAL QUESTION IN BRAZIL

Vol. II Número 22 Jul./Dez. 2016

Ahead of Print

Tiago Pereira Leite¹

Thais Alves Marinho²

RESUMO: O texto que segue se detém nas relações conceituais possíveis entre desigualdades, pobreza e violência, tendo como cenário as configurações da *questão social* no Brasil. A intenção é fazer apontamentos e acenar para futuros problemas de pesquisa. O argumento sustentado ao longo do texto busca relativizar a importância atribuída à dimensão econômica como definidora das situações de desigualdade social. Não se trata, porém, de negar a importância do aspecto econômico, mas, explorar outras possibilidades, como as noções de exclusão, estigma social e identificações subordinadas. Nesse sentido, pobreza e violência também poderão ser localizadas dentro de outras dinâmicas que não apenas os gráficos e os índices internacionais (embora estes sejam indicativos importantes para o debate). Conclui-se sustentando que a pobreza se estabelece não pela quantidade de bens materiais e simbólicos consumidos ou não consumidos, mas pela reciprocidade que esses bens geram a partir das relações sociais que eles desencadeiam.

PALAVRAS – CHAVE: Pobreza; Desigualdade; Violência; Questão Social.

ABSTRACT: The text that follows has focused on the possible conceptual relationship, between inequality, poverty and violence, from the settings of the social question in Brazil. The intention is to make notes and wave to future research problems. The sustained argument over the text seeks to relativize the importance given to the economic dimension as defining the situations of social inequality. It is not the case, however, to deny the importance of the economic aspect, but exploring other possibilities such as exclusion notions, social stigma and subordinated identifications. In this sense, poverty and violence may also be located within other dynamic that not only the graphics and international rates (although these are important

¹Doutorando em Ciências Sociais - UNISINOS Professor da UNIOESTE/Pedagogia. tplite@hotmail.com.

² Doutora em Sociologia pela UnB Pós-doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS Assessora de Pesquisa do IDF/PROEX/PUC Goiás Professora da Escola de Formação de Professores e Humanidades e do Programa de Pós-Graduação em História da PUC Goiás. thais_marinho@hotmail.com.

indications for debate). We conclude arguing that poverty is established not by the amount of material and symbolic goods consumed or not consumed, but the reciprocity that these assets generate from the social relationships they trigger.

KEY-WORDS: Poverty; Inequality; Violence; Social Issues.

Recentemente foi noticiado na mídia alternativa o relatório sobre a riqueza global referente ao ano de 2012. O texto assinado por José Eustáquio Diniz Alves, doutor em demografia, apresenta sinteticamente os principais pontos do relatório. A manchete destaca os seguintes termos: “*Milionários são apenas 0,6% da população, mas abocanham doze vezes mais riqueza que 69,3% dos habitantes da Terra*”. Numericamente a base da pirâmide da riqueza (69,3%) detém apenas 3,3% do total da riqueza global, ao passo que o topo da pirâmide (0,6%) detém 39,3% da riqueza. Retomando brevemente essa notícia (vale mencionar que o ideal seria fazer uma análise detalhada do relatório, no entanto tendo em vista os objetivos desse texto essa análise será feita em outra ocasião) pretende-se contextualizar e destacar a atualidade do debate sobre as desigualdades.

Na mesma notícia outro dado chama atenção: no ano 2000 a riqueza global era de 113,4 trilhões de dólares, em 2012 passou para 223 trilhões de dólares, ou seja, em pouco mais de dez anos o total das riquezas produzidas no mundo dobrou. Junto a esse dado que comprova o crescimento da riqueza global, uma segunda questão pode ser retomada: que os contingentes intermediários também estão crescendo. Segundo o relatório, um grupo de 30% do total da população com riquezas entre 10 mil dólares até 1 milhão concentra 57,1% da riqueza global.

Essa constatação é importante, pois permite relativizar a noção comum de que dentro dos processos de produção de desigualdade os mais pobres estariam completamente fora do processo de produção de riqueza. Em alguma medida os ricos ficaram “muito mais ricos” e os pobres também ficaram mais ricos, fato ilustrado na ampliação do estrato intermediário da pirâmide.

Quando se trata de desigualdades (sobretudo no caso do Brasil) o que está em questão não é a taxa de crescimento econômico, mas a qualidade/alcance/distribuição dos benefícios desse crescimento. Financeiramente o mundo cresceu e, na maioria dos países os índices apontam algum tipo de crescimento na qualidade de vida das pessoas. No Brasil, por exemplo, segundo dados do IPEA “uma família chefiada por um analfabeto teve ganho de 88,6% na renda nos últimos dez anos”. No entanto, na mesma proporção do crescimento econômico dos mais pobres, cresceu também a distância entre a base e o topo da pirâmide: na lista *forbes* dos países com maior número de milionários o Brasil passou de 11º colocado em 2011 para 6º colocado em 2013.

Pretende-se nesse texto aprofundar as relações conceituais possíveis entre desigualdades, pobreza e violência, tendo como cenário as configurações da questão social no Brasil. A intenção é fazer apontamentos e acenar para futuros problemas de pesquisa.

O argumento a ser construído ao longo do texto busca relativizar a importância atribuída à dimensão econômica como definidora das situações de desigualdade social. Não se trata, porém, de negar a importância do aspecto econômico, mas, explorar outras questões, como as noções de exclusão, estigma social e identificações subordinadas. Nesse sentido, pobreza e violência também poderão ser localizadas dentro de outras dinâmicas que não apenas os gráficos e os índices internacionais (embora estes sejam indicativos importantes para o debate).

Diferenças, desigualdades e a questão social.

No cenário das ciências sociais em que se discutem os problemas provocados pela desigualdade, é lugar comum uma abordagem com base nas transformações ocorridas no mundo. Historicamente a noção de *questão social* surge em meados do século XIX no contexto da exacerbação da pobreza e miséria, resultado da exploração capitalista sobre os trabalhadores, tendo como mote a expansão da industrialização. O social entra em questão quando se percebe que existem pessoas que não acompanham (ou não acessam) os benefícios do crescimento econômico. Dessa constatação decorre a formulação de atividades de proteção social, com o objetivo de assegurar alguma dignidade aos mais pobres.

De acordo com Osterne (2005, p. 01) esses sistemas de proteção social foram formulados de maneiras diferentes ao longo da história. Considerando que o capitalismo se desenvolveu em etapas com características próprias, a saber: fase concorrencial; fase monopolista e capitalismo tardio; o tratamento das questões sociais também apresenta particularidades para cada período:

Na primeira fase, ou seja, na etapa **concorrencial**, havia muita filantropia, pouco Estado e não existiam as políticas sociais, conforme são entendidas hoje. No segundo momento, fase **monopolista**, o Estado se amplia, criam-se as políticas sociais e reduz-se o papel da filantropia. No estágio do capitalismo **tardio**, sob a égide neoliberal, a proposta é pouco Estado (com outra feição), redução das políticas sociais e a **refilantropização** da assistência, inclusive constituindo-se filantropia empresarial. (OSTERNE, 2005, p. 01)

Quando a autora se refere à refileantropização significa que, no capitalismo tardio ocorre uma retomada da proteção social entendida como uma ação de caridade. Se na segunda fase é o Estado que trás para si a responsabilidade sobre a questão social; no capitalismo tardio a intenção é diminuir o papel do Estado na vida das pessoas, cedendo lugar ao mercado enquanto um espaço de liberdade de concorrência, onde as pessoas disputariam uma posição social baseada na posse de riquezas. A não interferência do Estado e a valorização do mérito individual recoloca a proteção social na esfera da caridade, pois a responsabilidade pela pobreza seria inteiramente do pobre e não do Estado.

Dessa forma, segundo Wanderley (2008, p. 08) “a questão social, hoje, coloca-se basicamente a partir da produção e distribuição de riquezas. Traduz-se pela erosão dos sistemas de proteção social, pela vulnerabilidade das relações sociais e pelo questionamento da intervenção estatal”. Cabe mencionar que esse recorte “econômico financeiro” corresponde à maneira pela qual as desigualdades se manifestam. Não diz respeito ao por que as desigualdades são produzidas, nem como são produzidas.

Considerando os interesses deste texto, nesse momento é importante explorar a questão do *como* as desigualdades estão sendo produzidas, pois isso nos possibilitará conjecturar alguns *porquês* nos tópicos posteriores. Segundo Therborn (2010) o ponto de partida para qualquer reflexão sobre a questão social é fazer a distinção entre *diferença* e *desigualdade*. A noção de *diferença* envolve uma localização horizontal, ou seja, um mesmo plano onde gostos e categorizações são vislumbrados como diferentes, sem qualquer julgamento hierárquico. A *desigualdade*, por sua vez, corresponde a um ranking, não de gostos, mas de pessoas, situadas numa escala vertical, o que viola moralmente o estatuto de igualdade entre os sujeitos. Nas palavras do autor: “Em uma sentença: desigualdades são diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificadas”. (THERBORN, 2010, p. 146)

Importante ponderar que a desigualdade é múltipla. Enquanto definição é possível

pensar numa desigualdade, no singular, mas enquanto manifestação é necessário vê-la como plural. Therborn (2010) afirma que existem ao menos três tipos distintos de desigualdade: desigualdade vital; desigualdade existencial e desigualdade material.

A mais comum dentre elas, pelo fato de ser amplamente utilizada por economistas e porque fundamenta os relatórios oficiais é a desigualdade material. Essa modalidade explica as variações no acesso à renda e à riqueza. O relatório apresentado no início desse texto é um exemplo de quantificação da desigualdade material entre os sujeitos.

As outras duas modalidades de desigualdade correspondem a aspectos menos objetivos que a desigualdade material, no entanto não são menos importantes. Desigualdade vital corresponde às variações entre indivíduos em relação à saúde e à morte. Embora as situações de doença ou mesmo o dia da morte sejam inescrutáveis, existem elementos que apontam para uma desigualdade mensurável: “As pessoas em posição social inferior, no Reino Unido, por exemplo, morrem com mais frequência antes da idade de aposentadoria do que as pessoas em posição social superior e, se sobrevivem, têm vidas mais curtas na aposentadoria”. (THERBORN, 2010, p. 146) Isso significa que morrer jovem ou idoso não está puramente na ordem da diferença (horizontal), mas, na ordem da desigualdade, que pressupõe hierarquia.

A desigualdade existencial considera a dimensão subjetiva dos sujeitos. Significa que, nas relações sociais alguns não conferem o igual reconhecimento intersubjetivo a outros, nem o respeito necessário quando se pensa em relações igualitárias. Discriminação e hierarquias de status são materializações da desigualdade existencial: “Desigualdade existencial significa a negação de (igual) reconhecimento e respeito, e é um forte gerador de humilhações para os negros, (amer-)índios, mulheres em sociedades patriarcais, imigrantes pobres, membros de castas inferiores e grupos étnicos estigmatizados”. (THERBORN, 2010, p. 146)

A compreensão desses diferentes tipos de desigualdade é importante por ampliar o escopo da problemática, bem como desconstruir a centralidade do caráter econômico dentro do debate. Therborn (2010) apresenta 4 formas básicas de produção das desigualdades: exploração, hierarquia, exclusão e distanciamento.

No que se refere à exploração o autor argumenta que mesmo sendo a forma mais “repulsiva de geração de desigualdades” ela não pode ser considerada a força mais importante. Essa postura é interessante, pois é contrária a posição clássica que estabelece a questão social como decorrente unicamente das assimetrias da relação capital x trabalho.

O aumento drástico da desigualdade de renda na China recentemente, agora muito maior do que na Índia ou na Rússia, está clara e significativamente relacionado com a utilização capitalista de mão de obra barata. Mas a disparidade crescente entre a África e o restante do mundo não é causada por uma exploração cada vez maior da África. Tampouco a disparidade crescente entre ricos e pobres nos Estados Unidos e no Reino Unido pode ser atribuída à exploração cada vez maior dos trabalhadores [...] (THERBORN, 2010, p. 148)

Tratando da hierarquia como produtora de desigualdade o autor assegura que a organização hierárquica da sociedade provoca “desigualdade existencial, o que, por sua vez, tem sérias consequências psicossomáticas”. Como exemplo cita um estudo realizado com cerca de 18 mil funcionários de um centro administrativo do Reino Unido. Durante 25 anos a pesquisa controlou os padrões de consumo de fumo, pressão sanguínea, entre outros e apontou que doenças cardíacas mataram 50% mais pessoas dos estratos inferiores, que as pessoas oriundas dos estratos superiores. (THERBORN, 2010, p. 149)

Sobre a exclusão o autor sugere que mesmo diante dos avanços ocorridos nas

últimas décadas, como por exemplo, o desmantelamento do *apartheid* sul-africano e a eleição de um afro-americano para presidente dos Estados Unidos, ainda existem situações de exclusão que corroboram com a desigualdade: “a exclusão permanece sendo um aspecto central do mundo contemporâneo, dividido como é em Estados-nação exclusivos, cada um com direitos específicos apenas para os seus cidadãos”. (THERBORN, 2010, p. 150)

O distanciamento é tratado com muita atenção pelo autor por ser considerado o “principal caminho de aumento da desigualdade hoje”. Do ponto de vista da desigualdade vital, no “Reino Unido, por exemplo, a disparidade de expectativa de vida entre ricos e pobres tem aumentado 0,15 anos, anualmente, desde 1980”. (THERBORN, 2010, p. 150)

Do ponto de vista da desigualdade material o distanciamento entre o topo e a base da pirâmide tem aumentado desde longa data: “Em 1688, baronetes ingleses tinham uma renda anual aproximadamente 100 vezes maior do que a de trabalhadores e empregados domésticos, e 230 vezes maior do que a de trabalhadores rurais e pobres”. Entre os anos 2007 e 2008 os principais executivos das maiores empresas do planeta tiveram seus salários 141 vezes maior que renda média dos trabalhadores do Reino Unido e “236 vezes maior do que a renda média das pessoas em ocupações de vendas e serviços ao consumidor”. (THERBORN, 2010, p. 151).

Essas várias configurações da questão social favorecem o entendimento de que, nos estudos sobre as desigualdades existem diversas perspectivas de abordagem além daquela baseada na negação da participação do pobre na economia. Essa questão pode ser mais bem visualizada quando se pensam os mecanismos (ou políticas) de combate à pobreza. Essas ações tomam por base uma linha imaginária de rendimentos econômicos, onde abaixo dela estão os pobres e uma vez que se cruza essa linha para cima, supõe-se que a dimensão de sujeito pobre seja superada.

Nesse sentido evidentemente pobreza e trabalho são interligados e, de certa forma se explicam de maneira razoável. No entanto, a desigualdade não reside unicamente na posse ou não de recursos econômicos (ou trabalho). Mesmo que se ascenda à uma condição melhor, o distanciamento vai continuar existindo. Indo mais longe, os processos de exclusão observados no mundo contemporâneo, não negam apenas o acesso ao trabalho (dinheiro para consumir), mas negam a própria condição de sujeito do indivíduo. Trata-se de ir além da desigualdade socioeconômica e perceber que a questão social envolve uma dimensão simbólica.

Pobreza e exclusão

Na seção anterior destacamos as origens da questão social, a noção de desigualdade e sua particularidade em relação à diferença, os diferentes tipos de desigualdades e as maneiras como elas são produzidas e, ao final, fizemos uma indicação sobre a necessidade de considerar a dimensão simbólica das desigualdades, descentrando o olhar economicista e percebendo que existem outras relações geradoras de desigualdades além da não participação no mercado de trabalho.

A intenção nesse tópico é seguir argumentando na direção do simbólico e explorar mais detidamente o conceito de exclusão. O texto de apoio para essa tarefa é Lopes (2008) que apresenta excelente sistematização do referencial teórico sobre exclusão produzido até então.

A primeira questão levantada pelo autor é perceber que conceitualmente, pobreza e exclusão social são fenômenos distintos produzidos em ambientes igualmente distintos. A pobreza é compreendida como um desdobramento dos interesses de classe, configurado nas relações históricas e estruturais das oposições entre essas classes: capital versus trabalho. A pobreza refere-se, portanto, a um fenômeno econômico, encontrado de

maneira massiva no período da gênese do capitalismo.

Assim, faz sentido o esforço empreendido na seção anterior em relativizar o aspecto eminentemente econômico das desigualdades, pois, baseando-se em índices que aferem o acúmulo de riqueza entre os sujeitos, o debate fica preso à noção de pobreza que, por si só não explica as desigualdades produzidas dentro das novas configurações do capitalismo neoliberal.

Para Lopes (2008, p. 349-354) a exclusão social se caracteriza como um conjunto de processos estabelecidos no “campo mais alagado das relações sociais contemporâneas” e se referem aos “jogos contemporâneos entre mercado, trabalho, Estado, poder e desejos”. Dessas relações emergem ao menos duas maneiras de abordar o conceito de exclusão: o primeiro que se detém nos desdobramentos da relação entre excluídos e incluídos. E o segundo que se dedica ao tema entendendo-o como “processos sociais excludentes”. A diferença básica entre essas abordagens é que na primeira, embora haja um esforço em “denunciar a ilusão projetada na oposição entre excluídos e incluídos”, o debate permanece confinado ao controle da participação dos pobres na economia. A dimensão político-cultural é mínima nessa perspectiva.

Por sua vez, “os processos sociais excludentes” consideram a porosidade das relações econômicas e político-culturais, reforçando a dinamicidade da exclusão social entendida como muito mais ampla “que a participação na vida do trabalho”. Nesse sentido uma série de questões pode ser retomada no intuito de compreender esses processos de exclusão: “a precarização do trabalho (Antunes, 1994), a desqualificação social (Paugam, 1999), a desfiliação social (Castel, 1999), a desagregação identitária (Bauman, 2005), a desumanização da alteridade (Xiberras, 1993; Sung, 2002)”. (LOPES, 2008, p. 350)

O ideal seria deter-se sobre cada uma dessas análises, no entanto, tendo em vista os limites desse texto a proposta agora é analisar a noção de desqualificação social proposto por Serge Paugam (1999; 2003). A desqualificação social é importante por contemplar a situação de pobreza como um ponto de referência, ou como condição na qual os sujeitos vivem a degradação e o enfraquecimento dos vínculos sociais. Essa postura teórica se coaduna com a noção de “processos sociais excludentes” uma vez que leva em conta processos de estigmatização, indetificações deterioradas, processos de inclusão precárias: “A pobreza, caracterizada como desqualificante, refere-se a uma pobreza em que os indivíduos vivem em condições precárias e seus modos de vida são vistos como ameaça à coesão social”. (Pizzio, 2009, p. 212)

Importa destacar que Paugam (1999) quando pensa no conceito de desqualificação social está se referindo ao contexto francês em finais da década de 1980, onde se percebeu uma forte degradação do mercado de trabalho provocando a inflação do sistema de assistência social.

Para dar conta desse fenômeno, elaborei o conceito de *desqualificação social*, que caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população - e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo. Cumpre realçar que o conceito de desqualificação social valoriza o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o status social dos pobres socorridos pela assistência. (PAUGAM, 1999, p. 68)

É possível afirmar que o autor contextualiza o conceito na crise do Estado de bem-estar social e a exclusão de milhares de trabalhadores do mercado formal. Atem-se às relações dos trabalhadores com os programas de assistência social, promovidos pelo Estado. Nesse sentido, o autor analisa a pobreza e a exclusão como um dado processual, ou seja, corresponde a um agravamento dos problemas à medida que se torna mais dependente da assistência social: “Do mesmo modo, buscando destacar o caráter processual implícito na

noção de desqualificação, o autor enfatiza as fases que a compõem: a fragilidade, a dependência e a ruptura”. (PIZZIO, 2009, p. 212)

A fragilidade corresponde ao momento em que o sujeito faz a experiência de “deslocalização social”, caracterizado como um sentimento de inferioridade em relação ao momento anterior: perda do emprego, dificuldade em manter-se pagando o aluguel, perda do local de moradia e consequente divisão de casa com parentes. Tudo isso pode ser considerado um momento de fragilidade, onde o sujeito busca ajuda assistencial esporadicamente.

Na fase da dependência o sujeito passa a viver dos serviços sociais. Aqui já não se tem a pretensão de superar as dificuldades. Cessam as buscas por emprego e a maior parte do tempo permanece-se em casa.

Por fim, a ruptura se constitui no momento em que todos os fracassos se articulam e o sujeito perde o contato com a família, perde a referência de moradia, passa por problemas de saúde. Essa situação se caracteriza por uma marginalização extrema.

Essa classificação das fases que compõe o processo de desqualificação social está articulada à noção de status social. Há um processo de degradação dos vínculos sociais que produzem no pobre uma identidade marginalizada, estigmatizada e localizada no mais subterrâneo da hierarquia social. (PIZZIO, 2009, p. 214)

Estender as análises empreendidas por Paugam (2003) ao caso brasileiro não pode ser feito de maneira direta, pois, o Brasil nunca gozou de uma estrutura de pleno emprego nem de um sistema de proteção social eficiente como o modelo europeu. Portanto, afirmar que a desqualificação social no Brasil é decorrente de um retrocesso do pleno emprego, ou como desdobramento da crise do Estado de bem-estar social é um equívoco. Mas qual a utilidade da noção de desqualificação social para nossa sociedade?

De acordo com Oliveira (1997) independentemente dessa discussão, o Brasil conta com uma legião de sujeitos excluídos do mercado de trabalho formal e incluídos precariamente em setores informais, fato que se aproxima ao conceito europeu de desemprego estrutural.

O fato é que os excluídos, aparentemente postos à margem do processo produtivo e do circuito econômico tradicional, são no momento considerados 'desnecessários'. Mas não apenas isso. O segundo traço, aquele que mais imprime força e sentido à própria idéia de exclusão, tem a ver com o fato de que sobre eles se abate um estigma, cuja consequência mais dramática seria a sua expulsão da própria “órbita da humanidade”, isso na medida em que os excluídos, levando muitas vezes uma vida considerada subumana em relação aos padrões normais de sociabilidade, passam a ser percebidos como indivíduos socialmente ameaçantes e, por isso mesmo, passíveis de serem eliminados. (Oliveira, 1997, p. 45).

Assim, a pobreza no Brasil caracteriza-se por ser excludente, e, além de privar o acesso ao mercado de trabalho e ao consumo, ela desqualifica socialmente os sujeitos imprimindo uma identificação estigmatizada que não compartilha do universo simbólico dos valores hegemônicos.

Essa discrepância observada entre ricos e pobres provoca um movimento recíproco de não reconhecimento intersubjetivo configurando um cenário de conflito social. Nesse sentido a noção de violência emerge como importante elemento para o debate.

Violência e conflito social

A intenção dessa seção é analisar a importância da violência num contexto social em que a desigualdade, exclusão e desqualificação social são marcas e praticamente fazem parte da dinâmica cultural do povo brasileiro.

O conceito de conflito encontra suas raízes em Simmel que o identificava como elemento fundante da vida em sociedade e como uma noção que perpassa toda atividade da vida social. Desde as formas mais elementares de socialização haveria conflitos sociais baseando as relações entre as pessoas:

[...] Se toda interação entre os homens é uma socialização, o conflito – afinal, uma das mais vividas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma socialização [...] O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes [...] O conflito contém algo de positivo. Todavia, seus aspectos positivos e negativos estão integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente. (SIMMEL, 1983, p. 122-123).

Essa perspectiva considera ainda, que a negatividade que costumeiramente se atribui à noção de conflito, culminando sempre no esforço por evitá-lo, deve ser substituída por uma postura que procure compreender os conflitos e perceber os conteúdos positivos contidos nas relações conflitivas, haja vista que jamais deixarão de existir na vida em sociedade.

Tendo em vista essa conceituação fica bastante evidente que a proliferação de eventos violentos tem muito mais relação com exclusão social e desigualdade que com segurança pública, pois as ações violentas dizem respeito à manifestação de um contexto específico: conflito social. Nessa direção caminha a reflexão de Gadea (2011) quando aborda a violência como um instrumento pelo qual se busca estabelecer a definição de uma situação de conflito social.

Segundo o autor, que se ampara no conceitual de Simmel, a totalidade da sociedade é atravessada por conflitos. No entanto, as desigualdades de poder estabelecem a hierarquia das relações sociais, onde as classes dominantes procuram neutralizar qualquer atividade que possa desestabilizar a ordem dessa hierarquia social. Nesse cenário a violência surge como definidor de uma situação de conflito:

Neste sentido, a “definição de uma situação” de violência por parte de indivíduos ou grupos caracteriza uma situação social na qual os envolvidos se apresentam pouco “integrados” aos mecanismos de regulação impessoais, ao aparecer submersos em relações que, ao serem inevitáveis (por sobrevivência imediata), se tornam pesadas. As *experiências coletivas de conflito* definem uma situação de violência quando a comunidade já nem sequer parece “falar” mais sobre os que estariam envolvidos nelas. (Gadea, 2011, p. 79)

A violência seria responsável por criar uma espécie de patamar, um tablado social, à semelhança de um palco teatral, espaço onde as partes podem se encontrar num mesmo plano situacional e, desta maneira, impor um nivelamento. A violência seria importante na medida em que age na “definição de uma situação” de conflito que, antes da prática violenta, não havia sido manifestada abertamente.

Considerando o cenário que foi problematizado desde o início desse texto, em que a questão social no Brasil é marcada por uma desigualdade econômica abissal, por um processo de exclusão social que marginaliza e retira o status de humanidade daqueles que vivem na miséria, em que existe uma hierarquia social onde o pobre é um sub-cidadão ou cidadão de segunda categoria, faz sentido pensar que a violência é um fenômeno interiorizado no processo de socialização dos indivíduos.

Se a socialização se define como a “internalização de códigos sociais” concretos, pode-se dizer que a violência foi o produto de situações de conflito e relações de poder que traduzem a emergência de uma forte exteriorização do subjetivo (mundo da vida) em resposta a uma debilitada interiorização do objetivo (sistema).

Diferentemente do pessimismo da Teoria Crítica, este novo contexto histórico parece desenhar a possibilidade e a capacidade por sacudir-se da “colonização do mundo da vida pelo sistema” (Habermas, 1988 citado por Gadea, 2011, p. 86).

Nas tramas do social os sujeitos se veem oprimidos, desafiados e excluídos, assistindo às investidas do sistema vigente que produz uma socialização precária, carente de capital social. A violência é, portanto, uma das respostas possíveis a essas imposições e se constituem numa forma de linguagem que comunica a resistência a essa estrutura de socialização.

A violência toma forma como uma linguagem organizadora ou uma “contralinguagem comunitária” no sentido de realizar uma “definição de uma situação” de conflituosidade e, fundamentalmente, ao estar ausente o “conflito central” previsível e localizável, organizar uma determinada “forma de relação” de poder e resistência. (Gadea, 2011, p. 92)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, procurei argumentar no sentido de problematizar algumas questões referentes à questão social, reforçando que o recorte das desigualdades econômicas não é, por si só, suficiente para explicar as várias formas de desigualdades sociais observadas em nossa sociedade.

Tanto pobreza, quanto desigualdade parecem apresentar dimensões simbólicas fundamentais que precisam ser contempladas na análise. Afinal, o tipo de relacionamento do indivíduo com o conhecimento e as informações, são tão fundamentais quanto o contato com os bens materiais. A pobreza é marcada não pela quantidade em que os bens materiais e simbólicos são consumidos ou não consumidos, mas pela reciprocidade que geram a partir das relações sociais que eles desencadeiam. Ou seja, o consumo de bens semelhantes trocados dentro de cada esfera, geram um arcabouço de conhecimento e não se relacionam com outros de outra esfera, pela exclusão da rede de saberes constituída pela troca desses bens.

Afinal, o acesso aos bens materiais não é necessário por si só, mas pelas relações que sustenta. Tanto a pobreza, quanto a desigualdade, seria portanto, fruto de relações sociais, seria uma questão de como as pessoas tratam umas às outras, e isso precisa de um enquadramento sociológico. Evidentemente vários assuntos não foram abordados, como por exemplo, as políticas de combate à pobreza (ou as políticas de inclusão social); as especificidades históricas da configuração do Estado brasileiro quanto à questão social; o debate que envolve a noção de desenvolvimento e progresso nos países em desenvolvimento entre tantas outras questões que fazem parte desse amplo tema de pesquisa: desigualdades sociais. Não abordá-los aqui não significa que eles sejam desconhecidos.

O destaque dado na perspectiva que analisa a pobreza no Brasil como desqualificante e excludente teve o objetivo de apontar outras possibilidades de interpretação da desigualdade, que não unicamente a carência financeira. Isso para destacar que políticas de transferência de renda são importantes para diminuir a pobreza, mas nem tanto para combater a desigualdade.

Por fim, a questão do conflito social foi visto brevemente, ponderando que enquanto um dado inerente à constituição da própria sociedade, não deve ser visto como inimigo a ser combatido, mas como elemento que revela muitas informações sobre o social. Afinal, seria a privação das redes de saberes as marcadoras da exclusão, ou como prefere alguns, da inclusão periférica. A ausência de informação, parte essencial do capital simbólico, delimita a precarização, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização

da alteridade, e são todas estratégias ideológicas de manutenção das relações de poder, ou seja, são formas de alienação e violência simbólica que mantêm os indivíduos periféricamente incluídos, até o limite da conveniência do capitalismo e da exploração. Os ditos excluídos, de fato participam, estão incluídos, e contribuem para a manutenção do status quo, mesmo que de forma periférica. A violência, nesse sentido, se mostra, em muitos casos, como estratégias subversivas, em relação à violência simbólica ao qual estão expostos.

Nesse sentido a violência foi apresentada como uma ferramenta, ou instrumento, ou linguagem, utilizada pelos que já não podem falar, para relembrar, ou definir uma situação de conflito social preciso. Numa sociedade em que a desigualdade dá indicativos de que está naturalizada, a violência constitui-se num interessante canal de restabelecimento do diálogo

Notas

³ Para maiores detalhes consultar: <http://www.ecodebate.com.br/2013/06/26/a-piramide-global-da-riqueza-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>

⁴ Informação citada por Marcelo Neri, presidente do IPEA em entrevista por ocasião dos protestos nacionais. Publicado dia 28/06/2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18737&catid=159&Itemid=75

⁵ Vale destacar que seria necessário um aprofundamento sobre a noção de Estado de Bem Estar Social, entendido como um momento importante no debate sobre as desigualdades e as políticas sociais. Para um aprofundamento confira KERSTENETZKY (2012).

⁶ Na próxima seção a exclusão será abordada em suas relações com a pobreza..

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GADEA, Carlos A. **A violência e as experiências coletivas de conflito**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra-Portugal, 92, Março de 2011: p. 75-98.

HONNETH, Axel. *Integrity and disrespect*; principles of a conception of morality based on the theory of recognition. **Political Theory**, [S.l.], v. 20, n.2, p. 187-201, 1992.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Sobre a "crise" do estado de bem-estar: retração, transformação fáustica ou o quê?. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 25 July 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582012000200006>.

LOPES, José Rogério. PROCESSOS SOCIAIS DE EXCLUSÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA. **Caderno CRH**, Brasília, DF, 21.53, 07 11 2008. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=528>>. Acesso em: 27 07 2013.

OLIVEIRA, L. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista**

Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Anpocs, v.12, n.33, p.49-60, 1997.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. *Questão Social e Políticas Públicas no Brasil- Breves notas para reflexão*. Paper(Mimeo). Fortaleza, 2005.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza** (C. Giorgetti, T. Lourenço, Trans.). São Paulo: Educ & Cortez, 2003.

PAUGAM, Serge. O conceito de desqualificação social. In: VERAS, M.P.B. (Ed.). **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: Educ, 1999. p.63-80.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In B. Sawaia (Org.), **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social** (pp. 67-86). Petrópolis, RJ: Vozes. (1999).

PIZZIO, Alex. Desqualificação e qualificação social: uma análise teórico conceitual. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. IX, n. 1, p. 209-232, 2009.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: E. Morais (Org.). **Simmel: sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, n.54, p.79-97, 2004.

SUNG, Jung M. **Sujeito e sociedades complexas: para repensar os horizontes utópicos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THERBORN, Göran. Os campos de extermínio da desigualdade. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 87, Julho, 2010.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 25 July 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000200009>.

WANDERLEY, Mariangela Belfiori. *Apresentação*. In: Bógus, L.; Yazbek, M.C.; Wanderley, M.B. (org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2008.

XIBERRAS, M. **As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio**. 2.ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

Recebido em: 17/09/2015

Aprovado para publicação em: 05/05/2016